

O PODER COMUNITÁRIO

PREFEITURAS DO PLANO PILOTO
RESOLVEM PROBLEMAS LOCAIS E
AINDA COLABORAM COM GOVERNO

João Luiz Marcondes
Da equipe do **Correio**

A funcionária pública Elisabete Cristina Baracá, 38 anos, deixa o filho Mário Junior, de cinco anos, brincar embaixo do prédio com tranquilidade. Mas nem sempre foi assim. De frente para sua janela, no bloco F, fica uma caixa de luz da Companhia Energética de Brasília (CEB). Ali jovens costumavam aglomerar-se para fumar maconha. "Eram muitos, não dava para bater de frente", diz ela.

Hoje, os maconheiros não se atrevem mais a ficar por ali. E não foi a polícia quem os inibiu. Sem repressão, e com muito papo, Luizão conseguiu, de forma amigável, se livrar das figuras indesejáveis. Mário Junior brinca à vontade, sob os olhares atento do Luizão, que, quando for necessário, chama a atenção da criança. Pede para a meninada conservar os jardins e tomar cuidado ao atravessar a rua.

O bedel amigo Luizão é figura conhecida na 309 norte. Quando responde como prefeito comunitário, o servidor público atende por Luiz Carlos Alves. "Nossa intenção é fazer um trabalho educativo, preventivo e sociabilizador", enumera. A 309 Norte é uma das 105 prefeituras que existem apenas no Plano Piloto. Prefeituras que, apoiadas na legitimidade concedida pelo próprios moradores, têm desenvolvido um trabalho de fazer frente ao governo e à polícia.

A SQN 309, na Asa Norte, tem atualmente 14 blocos. Cada um dos condomínios contribui mensalmente com R\$ 300 para a prefeitura comunitária, arrecadando R\$ 4.900,00 — o bloco A preferiu não aderir. Como resultado, os moradores tiveram uma série de benefícios que vão além da atuação do governo.

Até uma praça cívica foi montada, com hasteamento diário de três bandeiras — do Brasil, Distrito Federal e da superquadra. Além disso, a prefeitura é responsável por uma extensa programação cultural na quadra, como organização de festas juninas, teatro mambembe, shows de música e até aparição do Papai Noel no carro do corpo de Bombeiros.

As atividades da prefeitura, no entanto, não se restringem às áreas cultural e cívica. São políticas também. Insatisfeitos com a possibilidade de dois novos prédios na quadra, os moradores organizaram um abaixo assinado — que já conta 300 assinaturas — que será entregue diretamente ao governador Joaquim Roriz. "Não

Jorge Cardoso



Luiz Carlos Alves é prefeito da SQN 309, onde moradores arrecadam R\$ 4.900,00 por mês: comunidade construiu praça cívica e define programação cultural da superquadra

adianta a Terracap vir aqui e demarcar a área com tapumes, que derrubamos e vamos continuar derrubando", diz Luizão.

Outras responsabilidades, aparentemente do governo, como fardar policiais da quadra, muni-los com bicicletas, walkie-talkies e até telefone celular, foram tomadas pela prefeitura. Foram gastos R\$ 2.600,00. Cada morador, quando vê brigas, movimento de suspeitos ou consumo de drogas na superquadra, liga para o celular que fica com a polícia local. "É o nosso 190", completa o prefeito.

BARULHO

Inácio Loiola, presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul — que reúne todas as 64 prefeituras do bairro — conseguiu até um gabinete para o conselho no prédio da Administração do Plano Piloto, no Setor de Autarquias Norte. Isso, depois de tanto fazer lobby e pressão para que a comunidade fosse ouvida. "Estava lá todos os dias", lembra.

Uma das reclamações dos

moradores dizia respeito ao barulho e perturbação provocados pela boate Kakadu, na 409 sul — quadra onde Loiola é prefeito. Ele promoveu um fórum com autoridades, gente da comunidade e empresários da noite para contornar a situação.

"É A COMUNIDADE QUE CONHECE SEUS PROBLEMAS BÁSICOS. ALÉM DISSO, O GOVERNO NÃO TEM DINHEIRO PARA ATENDER A TODAS AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO."

Herman Barbosa,
superintendente das Administrações Regionais
do Distrito Federal

Do fórum, formou-se uma comissão de casas noturnas, com quatro pessoas da comunidade (Loiola é um deles) e outras quatro do empresariado. A Kakadu acabou fechando.

As prefeituras comunitárias são entidades com personali-

dade jurídica (tem CGC), sem fins lucrativos. Em 1997, o deputado distrital José Edmar fez uma lei que dava às prefeituras um caráter mais "oficial". Elas poderiam cercar suas quadras e obter descontos junto ao governo (caso, por exemplo, fizessem coleta de lixo por conta própria).

Em compensação seriam taxadas pela administração local. O Ministério Público considerou a lei — que chegou a ser aprovada na Câmara Legislativa — inconstitucional. E as prefeituras ficaram do jeito que estavam, com aquela cara informal. "Foi uma idéia bem intencionada, mas infeliz", comenta Loiola, que vê justamente na auto-disciplina dessas organizações uma maneira de exercer a sua legitimidade e pressão junto ao governo.

com aquela cara informal. "Foi uma idéia bem intencionada, mas infeliz", comenta Loiola, que vê justamente na auto-disciplina dessas organizações uma maneira de exercer a sua legitimidade e pressão junto ao governo.

AJUDA A GOVERNO

O governo, aliás, agradece qualquer ajuda. "É um poder fantástico. E muitos não sabem o poder que têm", constata Herman Barbosa, superintendente das Administrações Regionais do Distrito Federal. "Primeiro, porque é a comunidade que conhece seus problemas básicos, seja da lâmpada queimada na rua, seja do bar que incomoda. Além disso, o governo não tem dinheiro para atender a todas as necessidades da população", diz ele, que não soube precisar o número total dessas prefeituras em Brasília, até por que elas existem com outras nomenclaturas, como "associações de moradores".

O administrador Marco Lima também parece satisfeito com a "mãozinha" da sociedade civil. "Fizemos reuniões com moradores de todas as quadras e assim descobrimos a demanda da comunidade", diz ele. A prefeitura da península do Lago Norte construiu até mesmo um posto policial para a segurança de

seus moradores, enquanto a administração entrou com os policiais, bem como motocicletas e bicicletas para os agentes se deslocarem.

Com 21 anos de existência, a prefeitura da península norte não recebe suas contribuições de forma organizada como nas quadras do Plano. São distribuídos boletos a todos 35 mil moradores do bairro — que contribuem com R\$ 30,00 a cada seis meses. A doação é facultativa. "Entre 15 % e 20% pagam", contabiliza Nei Barreto, que pede maior participação.

Apesar dos recursos não serem ideais, a prefeitura consegue tocar suas obras, sejam de infra-estrutura (como o posto policial), ou políticas. A comunidade pretende entrar, nos próximos meses, com uma ação popular no Ministério Público para impedir a ação de grileiros e invasores no Lago Norte. "Vai faltar água para os meus netos", conclui Barreto. "Muitos não sabem o poder que temos na mão", avisa.